

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## PROJETO DE LEI Nº 738, DE 2020

Acrescenta dispositivo aos arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública.

**Autor:** Deputado GIL CUTRIM

**Relator:** Deputado CELSO RUSSOMANNO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 738, de 2020, de autoria do Deputado Gil Cutrim, visa acrescentar dispositivos aos arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública.

A proposição em exame, por meio de seu art. 1º, inclui parágrafo no âmbito do art. 56 do CDC prevendo que *"as sanções previstas neste artigo, sem prejuízo da aplicação cumulativa, poderão ser aplicadas em dobro nos casos de reincidência e até o triplo nos casos de epidemia, pandemia e calamidade pública."*

O art. 2º, por sua vez, altera o disposto no inciso I do art. 76 do CDC para incluir a epidemia e a pandemia como circunstâncias agravantes dos crimes tipificados.

Por fim, nos termos do art. 3º, a lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Russomanno  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216593016900>

Na Justificação apresentada, o autor registra que são diversos os casos de abuso de preços ocorridos nestes dias de pandemia. E complementa afirmando que: *"a lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, prevê circunstâncias agravantes em seu artigo 12, bem como o Código do Consumidor, em seu artigo 76. Contudo, entendemos que a situação de declaração de Pandemia Global pela OMS e a decretação de Calamidade Pública no Brasil, exige maior repressão aos abusos."*

Houve distribuição da proposição às Comissões de Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania, para apreciação conclusiva nos moldes do art. 54 do RICD, estando submetida ao regime ordinário de tramitação, nos termos do Art. 151, inciso III, RICD.

**Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.**

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, verificamos que o Projeto de Lei em análise padece de vícios de redação, os quais serão sanados por meio do substitutivo em anexo, a fim de adequá-lo aos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, consideramos a proposição de extrema relevância no atual contexto de pandemia, uma vez que busca justamente proteger os consumidores de eventuais abusos cometidos em um momento de tamanha fragilidade e vulnerabilidade dos cidadãos brasileiros.

A medida sugerida no projeto de lei em epígrafe de incluir no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor previsão no sentido de aplicar as sanções até o triplo quando as infrações forem cometidas em momento de epidemia, pandemia e calamidade pública, mostra-se salutar e eficiente no sentido de coibir eventuais condutas abusivas.



No mesmo contexto, é extremamente importante a alteração legislativa quanto ao inciso I, do art. 76, do CDC, para fins de incluir como circunstância agravante dos crimes tipificados o seu cometimento por ocasião de epidemia e pandemia.

Podemos citar como conduta abusiva, e que merece dura repreensão, aquela narrada pelo próprio Ministério Público de São Paulo (MPSP), em meados de 2020, o qual informou que vem recebendo inúmeras notícias, de populares e promotores de Justiça do Estado, informando que comerciantes estão aproveitando o momento trágico e da escassez de bens para elevar, arbitrariamente, o preço dos produtos comercializados, em especial do “álcool em gel”.<sup>1</sup>

O momento que estamos vivenciando é atípico, ousado dizer que também era completamente inimaginável! Assim, precisamos não apenas aprender com as dificuldades enfrentadas, mas tomar atitudes concretas e perenes, a fim de garantir que futuramente estaremos melhor preparados caso necessário.

As disposições objeto da presente proposição são verdadeiros exemplos de como os legisladores devem se atentar para as causas e consequências dos acontecimentos que afetam diretamente a sociedade e buscar estabelecer normas que ajudem a manter o espírito de cooperação e que protejam os mais vulneráveis.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 738, de 2020, nos termos do anexo Substitutivo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.

Deputado CELSO RUSSOMANNO  
Relator

2021-2830

1

Disponibilizado

em:

<

[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Noticias\\_CA0\\_Criminal/Aumento%20abusivo%20de%20preços%20em%20situação%20de%20calamidade.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Noticias_CA0_Criminal/Aumento%20abusivo%20de%20preços%20em%20situação%20de%20calamidade.pdf) > Acessado em: 01/04/2021

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Russomanno

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216593016900>



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 738, DE 2020

Altera os arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para incluir a epidemia, a pandemia e a calamidade pública como causas de aumento das sanções aplicadas às infrações administrativas e como agravantes no caso de cometimento de crime nestas circunstâncias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56. ....

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

§ 2º As sanções previstas neste artigo, sem prejuízo da aplicação cumulativa, poderão ser aplicadas em dobro nos casos de reincidência e até o triplo nos casos de epidemia, pandemia e calamidade pública” (NR)

Art. 2º O inciso I, do art. 76, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. ....

I - serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade pública, epidemia e pandemia;



.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado CELSO RUSSOMANNO  
Relator

2021-2830

